

Campos Sales e a República Carioca

Américo Oscar Guichard Freire*

Abstract

The aim of this article is to analyze the relationship between Brazilian federal government and the local political leadership during President Campos Sales administration (1898-1902).

Key Words: President Campos Sales; Political

Resumo

Este artigo analisa o relacionamento entre o Governo Federal brasileiro e a política local do Rio de Janeiro, quando Campos Sales foi presidente (1898-1902)

Palavras-chave: Presidente Campos Sales, Política

A “política dos estados” de Campos Sales (1898/1902) tem sido examinada na historiografia como marco fundador da República Oligárquica brasileira.¹ Após uma década de crises sucessivas, o governo de Campos Sales fixou as bases de um novo padrão político que reservava às oligarquias estaduais o controle da política regional e ao governo federal as questões de natureza administrativa. Esta delimitação foi fundamental não apenas para promover a estabilização da relação entre os estados e o poder central como também na domesticação do poder Legislativo que a partir daí tornou-se cada vez mais tributário do poder

* Pesquisador do CPDOC/FGV e Doutorando no IFCS/UFRJ

¹. SOUZA, M. C. C. Processo político-partidário na Primeira República In MOTTA, C. G. (org.) *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 184-185.

das oligarquias estaduais.² Nas palavras de Renato Lessa, a República agora encontrava a sua rotina.³

A cidade do Rio de Janeiro era uma unidade político-administrativa singular. Pela Lei Orgânica de 1892, o Distrito Federal elegia representantes tanto para o Congresso Nacional (3 senadores e 10 deputados) como para a Câmara Municipal. O prefeito e o chefe de polícia eram indicados pelo Presidente da República e os vetos do Prefeito eram apreciados pelo Senado e não pelo legislativo municipal. Esta situação ambígua que preservava mas também limitava a atuação política não impediu que surgissem lideranças e partidos políticos cariocas que atuaram com desenvoltura durante a chamada década do caos (1889/1898)⁴

Na consecução e implementação da “política dos estados”, o Distrito Federal não ficou de fora. Palco dos principais acontecimentos políticos, campo de atuação privilegiada do “jacobinismo” e dos monarquistas, “foco oposicionista”, a cidade do Rio de Janeiro também foi alvo de uma estratégia de ordenação política promovida pelo novo governo. Neste artigo, o meu objetivo é acompanhar o impacto desta estratégia na vida política carioca. Mais especificamente proponho examinar as relações do governo federal e sua política de caráter intervencionista com o que tenho denominado de *República carioca* formada pelos agentes que lutavam pelo controle da representação política (políticos, jornalistas, militares e outros) e ainda pelo conjunto de formulações que legitimavam a atuação destes agentes.⁵

². CAMPOS SALES, M. F. *Da propaganda à presidência*. Brasília: UNB, 1983, p. 120 -132.

³. LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 99.

⁴. Sobre a organização político-administrativa do Distrito Federal ver NORONHA SANTOS, F. A. *Acerca da Organização Municipal e dos Prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: O Globo, 1945. Sobre a atuação de parlamentares cariocas na década de 90 ver QUEIROZ, S. R. R. de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 35-79.

⁵. Esta abordagem tem por fundamento a noção de campo político desenvolvida por BORDIEU. Sobre campo político ver BORDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1990, (Coleção Memória e Sociedade).

A cidade respirava política...

Tratemos de apresentar algumas das principais características do campo político carioca na primeira década republicana. A Constituição de 1891 e a Lei Orgânica do ano seguinte criaram o *Distrito Federal*. A nova unidade federativa deveria possuir uma dupla função: ser sede do governo federal e também espaço de representação política da cidade do Rio de Janeiro. Esta duplicidade de papéis, traço original na federação brasileira, não foi vivida sem problemas. Muito pelo contrário. Inúmeras vezes, o governo federal, sob o argumento de implementar mudanças administrativas, reduziu substancialmente o espaço de atuação dos grupos políticos locais.

Isso tudo, no entanto, não foi suficiente para *despolitizar* a capital federal. Nos anos 90, surgiram vários agrupamentos políticos que disputavam o controle da política local. Como o prefeito era indicado pelo Presidente da República e como seus vetos eram apreciados pelo Senado, o cargo mais importante era o de senador. Não por acaso, todos os principais chefes da política carioca na primeira República foram senadores.

Além do Senado, os grupos políticos locais também lutavam pela representação na Câmara dos Deputados e na Câmara Municipal. Como os principais cargos do Executivo eram ocupados por pessoas de confiança do Presidente, que em sua maioria tratava de nomear prefeitos e chefes de polícia distantes dos grupos políticos locais, a representação política carioca era obrigada a buscar apoio nas principais lideranças no Congresso Nacional. Em grande parte dos anos 90, o mais importante líder no Congresso foi Francisco Glicério, criador do poderoso Partido Republicano Federalista (PRF), responsável pela vitória de Prudente de Moraes nas eleições de 1894. Foi sob a proteção de Glicério que diferentes tendências republicanas da cidade se reuniram e formaram o primeiro grande partido político carioca: o PRF do Distrito Federal. Tendo por principal liderança o deputado e mais tarde senador Tomas Delfino, o PRF em pouco tempo hegemonizou o campo político carioca e

tornou-se seu *centro de gravidade*.

O PRF carioca se dividia entre gliceristas (como o próprio Delfino), jacobinos (como Alcindo Guanabara e Irineu Machado, ambos envolvidos mais tarde na conspiração de 1897 contra Prudente de Moraes) e finalmente um grupo representativo de algumas áreas rurais da cidade (Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba), chamado pela imprensa de *Triângulo*. Sua principal liderança era o médico e ex-intendente Augusto Vasconcelos.

O grupo do *Triângulo* logo se destacou na vida política carioca. Através do “controle positivo do eleitorado”, obrigando-o a participar das eleições, o grupo obteve vitórias expressivas nas áreas rurais e representou uma base política decisiva para as duas vitórias consecutivas de Tomas Delfino para o Senado em 1895 e 1896.⁶

Esta convivência de diferentes tendências na mesma agremiação política em parte pode ser explicada pela capacidade de articulação de Delfino no Congresso e ainda em função de sua posição ambígua frente ao governo federal. No plano federal, o partido seguia o comando de Glicério que, como sabemos, apoiava mas também buscava controlar, via Congresso, o governo de Prudente de Moraes. Já no plano municipal, o partido adotava o *discurso autonomista* e combatia qualquer tentativa de redução das atribuições do legislativo municipal. O PRF possuía ampla maioria na Câmara Municipal carioca na segunda metade dos anos 90. É bom lembrar que o controle do legislativo municipal era fundamental para a formação das mesas que apuravam as eleições para o Congresso Nacional. A fraude eleitoral era denunciada insistentemente pela imprensa contrária ao partido.

Naqueles anos de governo Prudente, o partido obteve vitórias políticas expressivas. Além da maioria de representantes no legislativo federal e municipal, o partido contava ainda com o apoio do

⁶ FREIRE, Américo O.G. Rastreado o campo político carioca: áreas rurais e predomínio político. Texto apresentado na VI ANPUH/RJ, 1994.

prefeito Furquim Werneck, correligionário de Glicério. O poder legislativo foi reforçado pela resolução 493/1898 do Senado que passou a remeter para a Câmara Municipal os vetos do prefeito que não diziam respeito às questões de natureza constitucional.

O sistema eleitoral misto (geral e distrital) também favorecia o fortalecimento do PRF. Dos 27 intendentes, apenas 6 eram eleitos por toda a capital federal; os 21 restantes eram eleitos em seus distritos o que favorecia a eleição de políticos de perfil local, a base do partido. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, a cidade era dividida em 3 distritos e apenas nas eleições para o Senado a eleição era geral. O grupo do *Triângulo* era praticamente *dono* do 3º distrito da cidade.

Além dos republicanos federalistas havia outras correntes que disputavam a representação política na cidade. Duas delas merecem destaque: os monarquistas e os democratas. Os primeiros se degladiavam em participar ou não da vida política republicana. Entre suas principais lideranças que resolveram atuar no Congresso estavam o Barão de Ladário (eleito deputado constituinte) e Andrade Figueira (ex-deputado durante a época monarquista e sucessivo candidato ao Senado pela capital). Havia ainda os que pregavam a abstenção eleitoral e permaneceram na conspiração, atuando especialmente na imprensa. Eram os “guerrilheiros da palavra”. Entre outros, destacavam-se Carlos de Laet, Afonso Celso e Eduardo Prado.⁷

Ao longo da década de 1890, os monarquistas sofreriam sérios revezes, seja pela atuação dos florianistas e jacobinos, seja pelo agravamento da crise política que resultou na tentativa de assassinato do presidente Prudente de Moraes em 1897. Naquele ano, o movimento sofreu um golpe profundo que desestruturaria seus quadros.

A corrente democrata organizava-se no Partido Democrata

⁷. JANOTTI, M. L. M. Os guerrilheiros da palavra. In: *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 85-160.

Federalista que concorreu a várias eleições durante a década de 1890. Suas principais lideranças eram o ex-líder do partido Liberal na cidade Adolfo Bezerra de Menezes (candidato derrotado ao Senado nas eleições de 1896), o militar Heredia de Sá e o jornalista e militante abolicionista José do Patrocínio, que das páginas do seu jornal, *Cidade do Rio*, ditava a linha política dessa corrente de perfil liberal, antiflorianista e antijacobina.⁸ Os democratas não obtiveram grande sucesso nas eleições e tenderam a se esgotar politicamente no final da década. O termo “democratas” seria utilizado mais tarde por outras agremiações políticas liberais na história da cidade nas primeiras décadas do século XX.

No final do governo Prudente de Moraes, o predomínio político do PRF era incontestado. O Distrito Federal, criado para sediar a administração federal, *respirava política*. Influente na prefeitura e no legislativo municipal e federal, o partido ampliara o seu poder de barganha e transformara-se em uma agremiação menos dependente do governo federal. A crise de 1897 que cindiu ao meio o PRF nacional e colocou Glicério em rota de colisão com o governo Prudente, não alterou substancialmente a posição da sessão carioca do partido que manteve-se, em sua grande maioria, fiel a Glicério pelo menos até a eleição de Campos Sales em março de 1898.⁹ A situação política apenas seria alterada no decorrer daquele mesmo ano. É o que veremos a seguir.

A estratégia do desmonte - primeiro movimento

O desastrado atentado a Prudente de Moraes, em novembro de 1897, deu novo alento ao governo que pôde finalmente, a partir daquele

⁸. ORICO, O. *O Tigre da Abolição*. Edição Comemorativa do Centenário de José do Patrocínio, 1953. Ver ainda JANOTTI, M.L.M. *op. cit.*

⁹. A 1897 e a posição dos representantes cariocas ver ABRANCHES, D. de *Como se faziam presidentes*. 220-231.

momento, recuperar a iniciativa política. A *República glicerista* caía por terra e em seu lugar ganhou força a figura presidencial. As forças dissidentes, lideradas por Glicério, ainda tentaram se aglutinar lançando uma candidatura própria à presidência da República. Dividida, a oposição marchou celeremente para a derrota ao lançar o nome do senador paraense o *jacobino* Lauro Sodré contra o paulista Campos Sales. Em muito pouco tempo, setores expressivos da oposição fluminense e gaúcha trataram de se aproximar do presidente eleito. Glicério sofreu o impacto da derrota e caiu no ostracismo por algum tempo.

Os grupos políticos cariocas também agitavam-se com o novo quadro político. O declínio de Glicério abalava o PRF carioca que sofria ainda as conseqüências da derrocada do jacobinismo. Ganhava expressão agora a sessão carioca do Partido Republicano, agremiação *prudentista* que sustentou a candidatura presidencial de Campos Sales. Entre suas principais lideranças estavam os ex-democratas Heredia de Sá e José do Patrocínio e o ex-intendente e político de expressão nos subúrbios, o médico Lins de Vasconcelos. Corria por fora ainda, o ex-prefeito Barata Ribeiro, médico e amigo de Campos Sales, dissidente do Partido Republicano e eterno candidato avulso ao Senado pela capital federal.

O primeiro teste do novo jogo de forças na cidade foram as eleições para o preenchimento de uma vaga para deputado federal no 3º distrito, em junho de 1898, em razão da morte do deputado Felipe Cardoso Pires, um dos próceres do *Triângulo*. O Partido Republicano lançou o nome de Lins de Vasconcelos e o PRF o do advogado e sobrinho de Felipe Pires o ex-intendente Sá Freire. Surpreendentemente, Barata Ribeiro rompeu com a orientação republicana e acompanhou a candidatura de Freire. Pela primeira vez, o ex-prefeito aliava-se ao *Triângulo*. A vitória de Freire não foi aceita por Lins de Vasconcelos que em representação à Câmara dos Deputados denunciou a traição de Ribeiro e as tramóias do *Triângulo*. As denúncias não surtiram efeito e Sá Freire foi reconhecido deputado pela Câmara Federal¹⁰.

¹⁰. *Anais da Câmara dos Deputados*, 12/09/1898 p. 137/186.

Este confronto partidário demonstrou pelo menos duas coisas: 1º) O PRF carioca mantinha-se forte nas zonas rurais da cidade e continuava como força preponderante; 2º) O governo federal não apostava todas suas fichas no Partido Republicano, tanto é que seu aliado Barata Ribeiro bandeou-se para a candidatura do PRF. Por sinal, esta postura de Campos Sales de não reconhecer o Partido Republicano como *o partido do governo* fez parte de sua estratégia geral de *enfraquecer e diluir o jogo partidário* desenvolvida logo após a sua eleição e implementada com mais vigor no início de sua gestão.

Mas o predomínio do PRF carioca também preocupava o novo governo. Tanto é que mesmo antes da posse, ainda em meados de 1898, o futuro Ministro da Viação de Sales, o senador baiano Severino Vieira, apresentou um projeto de lei que modificava radicalmente a Lei Orgânica do Distrito Federal. Tendo por argumento a defesa da moralidade pública, que teria sido arranhada pelos últimos governos municipais, o projeto reduzia substancialmente as atribuições da Câmara Municipal. O prefeito passaria a ser substituído por um vice-prefeito, não mais pelo presidente da Câmara Municipal, e propunha-se ainda o fim do voto distrital, chamado de “voto da cabala, voto do campanário”.

O projeto de Vieira seria encampado pelo deputado republicano carioca Heredia de Sá que propôs que o reconhecimento dos intendentes municipais fosse feito não mais pelos vereadores e sim pelos pretores. Estas propostas, pelo menos naquele momento, não vingaram. A bancada do PRF combateu em bloco estas propostas de mudança na organização municipal. O deputado Augusto Vasconcelos, líder maior do *Triângulo*, afirmava que não entendia porque essa “tempestade contra o governo municipal”. Defendia a Câmara Municipal e a resolução do Senado que permitia que determinados vetos fossem apreciados pelo legislativo municipal. Outro membro do PRF, o ex-jacobino Timóteo da Costa, defendia com ardor a autonomia do DF consagrada na lei

orgânica. E ameaçava o governo com os fantasmas do florianismo: “sou um florianista radical, um dinamiteiro”.¹¹

O recuo tácito do governo e seus aliados fez com que as eleições municipais em janeiro de 1899 fossem organizadas segundo as antigas regras. Eram as primeiras eleições da gestão Campos Sales. A recomposição partidária, já esboçada na eleição de junho anterior, agora ganhou maior visibilidade. O principal responsável pelas alterações no quadro partidário foi novamente Barata Ribeiro que através da sua nova agremiação (o Partido Republicano do Distrito Federal - PRDF), conseguiu atrair importantes lideranças locais, rompendo com a hegemonia do PRF de Delfino. É interessante notar que o ardoroso combatente pela moralidade pública agora atenuava seu discurso. Dizia que não se deveria buscar culpados nem apurar responsabilidades em relação aos problemas na organização do Distrito Federal. Era claramente um chamamento às forças locais que até então dominavam a Câmara Municipal e o jogo político carioca.¹² Mesmo perdendo substância política em função das defecções ocorridas nas suas hostes suburbanas, o PRF apresentou sua chapa às eleições municipais. O mesmo não ocorreu com o Partido Republicano de Heredia de Sá e Lins de Vasconcelos que sem apoio federal entrou em processo de rápido esfacelamento. O PRDF de Ribeiro e o PRF de Glicério dividiram a vitória nas eleições municipais.

Foi no decorrer do ano de 1899 que a estratégia intervencionista do governo federal ganhou contornos mais nítidos. Ao que tudo indica, buscava-se agora quebrar de vez com a estrutura do PRF atraindo para o partido de Ribeiro duas das principais lideranças políticas da cidade e esteios do partido de Delfino: os deputados Irineu Machado (de grande penetração em áreas urbanas) e o nosso já conhecido Augusto Vasconcelos. A estratégia surtiu efeito. O PRF perdeu de vez o apoio das principais lideranças do *Triângulo* o que foi fatal para suas pretensões de vitória

¹¹. Discurso de Augusto Vasconcelos em *Anais da Câmara dos Deputados*, 21/10/1898 p. 415-416. Discurso de Timóteo da Costa em *Anais da Câmara dos Deputados*, 1/11/1898 p. 5-10.

¹². Manifesto do Partido Republicano do Distrito Federal em *O país* de 18/01/1899 p. 3.

nas eleições federais de dezembro daquele ano. Para completar, o partido perderia pela primeira vez as eleições senatoriais. Foi eleito o candidato governista Barata Ribeiro.¹³

No primeiro semestre do ano seguinte, a intervenção governamental no processo de reconhecimento dos parlamentares cariocas selou de vez a vitória de Ribeiro e sua agremiação que assim substituiu o PRF como força hegemônica na capital federal. Respondendo as críticas dos jornais que questionavam o envolvimento do governo federal no reconhecimento de parlamentares, o jornalista Alcindo Guanabara (ex-jacobino e agora aliado de Sales) assinalava que o presidente não necessitava intervir na verificação dos poderes pois sabia que “a máquina lá montada estava aparelhada para funcionar”. Segundo ele, a ação presidencial apenas ocorreu em alguns casos especiais em que “interveio o elemento da amizade pessoal como o Distrito Federal (...)”.¹⁴

A estratégia de pressão sobre o jogo político local manteve-se mesmo com a vitória nas eleições federais de 1899 e na verificação de poderes em 1900. Ganhava força, na imprensa carioca, as teses que defendiam o fim da “politicagem” no Distrito Federal. Era por esse caminho que o governo orientava seus passos. Ainda em 1900, o prefeito Coelho Rodrigues promoveu mudanças importantes nos serviços municipais, sem consultar a Câmara Municipal. Baseava suas medidas em uma lei do legislativo municipal de 1897 que já havia sido derrubada pelo novo Conselho eleito em 1899 mas vetada pelo prefeito anterior (Cesário Alvim). Como o Senado ainda não havia se pronunciado, o prefeito utilizava-se desse expediente para promover as reformas. Com isso, o governo criava crises e forçava o debate sobre a reordenação do Distrito Federal. A estratégia, no entanto, não foi bem recebida por grande parte da imprensa que denunciou as arbitrariedades do prefeito. Por sinal, Coelho Rodrigues e o seu sucessor João Felipe Pereira sofre-

¹³. ABRANCHES, D. *op cit.* p. 297-298.

¹⁴. GUANABARA, A. *A presidência Campos Sales*, Rio de Janeiro: Laemmert, 1902, p. 110-111.

ram enorme resistência de setores expressivos da opinião pública carioca, inconformados com a penúria dos cofres municipais que fez com que o funcionalismo municipal ficasse sem receber salários por cerca de 11 meses.¹⁵

A vertiginosa queda de popularidade de Campos Sales e seus prefeitos (no total 4 prefeitos durante seus 4 anos de mandato) pode ter sido um dos motivos que levaram Barata Ribeiro e seu partido a se afastar do governo no ano de 1901. Sales sentiu o golpe e tratou de em setembro daquele ano nomear para a chefia do executivo municipal um antigo membro do PRF carioca: o jornalista e ex-deputado Xavier da Silveira. Com essa medida, o governo federal preparava-se para os novos embates políticos que ocorreriam no início do próximo ano: as eleições municipais e presidenciais. A nomeação de Silveira rompeu com a política de Sales de nomear parlamentares distantes da vida política carioca. O presidente buscava agora abrir uma nova cunha na elite política local.

A estratégia de Sales deu nova vida a corrente liderada por Delfino que teve condições de reaglutinar antigas lideranças locais para formalizar o lançamento de uma chapa às eleições municipais. A agremiação de Ribeiro, ainda preponderante, também organizou-se para o pleito que ocorreu em janeiro de 1902.

A opção por uma das agremiações que disputavam o campo político carioca não significava, no entanto, que o governo agora havia capitulado frente ao jogo político local. Pelo contrário. Sales continuava a jogar nas duas frentes. Na primeira oportunidade tratou de agir no sentido de explicitar o que considerava a falta de legitimidade da política carioca. Esta oportunidade surgiu com as denúncias de fraudes que foram estampadas nos principais jornais cariocas no dia seguinte das eleições municipais de 1902. No decorrer da diplomação dos eleitos, realizada pelos pretores, o governo obteve apoio de parte deles para interromper os trabalhos e forçar uma anulação do pleito. Foi

¹⁵. Sobre a crise da prefeitura carioca ver NORONHA SANTOS, F.A. *op. cit.* p. 35

exatamente o que aconteceu. No ato de anulação, o governo prorrogava o mandato dos antigos intendentes até que novas eleições fossem marcadas e mais uma vez batia na tecla da necessidade de reorganizar o Distrito Federal. A medida jogava nos ombros dos grupos políticos locais toda a responsabilidade das irregularidades nas eleições. Em uma das poucas declarações à imprensa sobre a política local, Sales chegou a afirmar que o “intuito do governo é não consentir que sejam entregues o patrimônio e os destinos deste município, tão importante, a pessoas que não tenham capacidade moral para guardá-lo e dirigi-lo”.¹⁶

O resultado para os grupos políticos locais de toda esta estratégia intervencionista que foi aos poucos tomando corpo, foi a diluição, a fragmentação. Na gestão anterior, de Prudente de Moraes, o campo político carioca teve como centro de gravidade um projeto que conseguiu produzir uma certa identidade política baseada na autonomia do Distrito Federal. A desmontagem deste projeto foi, a meu ver, uma das principais motivações da política de Sales.

Para concluir, não custa lembrar que a relação de Campos Sales com a cidade não foi das melhores. A grande vaia que o acompanhou em boa parte de seu trajeto de volta para São Paulo, não foi nada por acaso. Em suas mensagens, o presidente era lacônico sobre os problemas da capital federal. Abordava apenas a necessidade de se reforçar a segurança pública. Em sua mensagem de final de governo, de 1902, reafirmou sua posição de reorganizar o Distrito Federal. Em dezembro daquele mesmo ano, há apenas um mês da sua saída do governo, seu sucessor Rodrigues Alves aprovava a lei 939 que instituía a ditadura do prefeito e o fechamento temporário da Câmara Municipal.

¹⁶. Declaração de Sales e detalhes da anulação das eleições municipais no *Correio da Manhã* de 19 a 23 de janeiro de 1902.